

Os megaeventos esportivos e seus impactos

PRONI, Marcelo W.; FAUSTINO, Raphael B.; OLIVEIRA DA SILVA, Leonardo. **Impactos econômicos de megaeventos esportivos**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014.

Raul da Silva Ventura Neto
Instituto de Economia/UNICAMP

É característica do capitalismo contemporâneo a ampla liberdade institucionalizada para a circulação do capital entre diferentes economias. Nos cada vez mais raros casos em que esse movimento abandona a órbita financeira de valorização, seus efeitos sobre o território são específicos. O paradigma que alguns autores classificam como empresariamento urbano, ou cidade empreendedora, é talvez um dos exemplos mais típicos da mundialização financeira na escala urbana. Nesse paradigma legitima-se a ideologia segundo a qual a cidade se converte em polo de atração de capital externo, numa tentativa muitas vezes desenfreada de subir na pretensa hierarquia das cidades globais, o que permitiria tornar constante e ininterrupto esse tipo de entrada de capital.

Os megaeventos esportivos são peças fundamentais nessa estratégia global de posicionar uma cidade ou região como centro nodal dos fluxos econômicos internacionais. Através do discurso da necessidade de investimentos em infraestrutura urbana, conseguem articular o interesse de grupos e coalizões urbanas locais com o interesse de valorização do grande capital internacional. No livro *Impactos econômicos de megaeventos esportivos*, de Proni, Faustino e Silva, uma das questões centrais (e que é objeto de considerável esforço de pesquisa por parte dos autores) reside na identificação dos diversos mecanismos que legitimam um discurso positivo sobre os megaeventos para a população da cidade ou do país que se candidata a recebê-los. E é a leitura sobre os instrumentos utilizados para legitimar e perpetuar a imagem positiva dos megaeventos sobre a economia que balizam a avaliação dos autores sobre os seus impactos econômicos reais.

O livro está dividido em duas partes, além da introdução. A primeira parte conta com três capítulos, em que analisa a Copa do Mundo de Futebol da FIFA. Inicialmente, é feita uma retrospectiva dos impactos econômicos das copas de 2006 e 2010, realizadas na Alemanha e na África do Sul, respectivamente, e depois

se analisa, com um interessante grau de detalhamento, os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Na segunda parte do livro, dividida em dois capítulos, o foco da análise transfere-se para os Jogos Olímpicos. Começa com um balanço das Olimpíadas de Londres de 2012 e continua discutindo as projeções postas para os Jogos Olímpicos previstos para acontecerem na cidade do Rio de Janeiro em 2016.

Na parte introdutória do livro, os autores discutem a natureza dos impactos econômicos de um megaevento, delimitando os termos da discussão apresentada ao longo dos capítulos subsequentes. A princípio são definidos os *impactos diretos*, que se referem àqueles associados imediatamente à preparação e realização do torneio; e os *impactos indiretos*, referidos aos desdobramentos do gasto adicional das empresas (que foram diretamente estimuladas) e do consumo dos trabalhadores (que foram contratados em função do megaevento) na economia. Em seguida discutem as dificuldades de mensuração desses impactos, tomando por base alguns dados relacionados a megaeventos recentes. Evidencia-se, então, a dificuldade na confirmação das previsões iniciais que legitimaram a escolha do país ou da cidade-sede. De certa forma, na parte introdutória já se antecipa a principal conclusão dos autores: a mensuração dos efeitos econômicos dos megaeventos se mostra uma tarefa de extrema complexidade, o que facilita o condicionamento das suas previsões a interesses políticos e econômicos de uma minoria. São citados, inclusive, diversos estudos que apontam para o fato de os megaeventos esportivos causarem pouco ou nenhum impacto significativo na renda e no emprego e, em alguns casos, produzirem impactos negativos. A título de exemplo, os autores recuperam o caso da cidade de Montreal que, após sediar os Jogos Olímpicos de 1976, permaneceu por muitos anos com dificuldades financeiras em decorrência dos altos custos implicados pela realização do evento.

Segundo os autores, teria sido em função dos altos custos dos megaeventos que se propagou a ideia de *legados duradouros* que estes poderiam deixar para as cidades que os recebem. Apontam para o fato de a definição de legado ser confusa, em que pese a sua associação tanto a aspectos positivos (como algum tipo de revitalização urbana necessária para o megaevento) quanto a aspectos negativos (como o aumento no aluguel dos imóveis urbanos). Dada a multiplicidade de pontos de vistas sobre os legados de um megaevento, os autores apontam para a atual preocupação do Comitê Olímpico Internacional, que mais recentemente propôs um novo modelo de acompanhamento sobre os impactos e legados dos jogos olímpicos.

A ideia que tomou corpo, tendo em vista a divergência entre as previsões e a realidade após o término do megaevento, é a de criar um sistema de indicadores econômicos, sociais e ambientais relacionadas à cidade-sede do megaevento. Este sistema permitiria o acompanhamento dos impactos num período de doze anos, iniciando com dados de dois anos antes da escolha da cidade como sede dos Jogos e finalizando com dados de três anos após a realização do megaevento.

Nos capítulos seguintes os autores analisam os impactos econômicos da Copa do Mundo do Brasil de 2014, inicialmente, detalhando aspectos da preparação para o evento. É digno de nota o interessante e amplo levantamento que os autores realizam sobre a previsão de gastos para o evento, as mudanças na legislação brasileira para atender às diversas exigências da FIFA, as formas de financiamento das obras de infraestrutura e, principalmente, o nível de participação dos fundos públicos nesse processo. Fica evidente que, ao menos no caso brasileiro, a iniciativa privada é um parceiro menor na construção da infraestrutura necessária para o megaevento. Seus investimentos não ultrapassaram R\$ 140 milhões, ficando quase restritos apenas aos estádios, embora se estimassem gastos em torno de R\$ 8 bilhões. De fato, a iniciativa privada só apresenta um aporte maior de recursos na parte de investimentos em infraestrutura aeroportuária, em vista das concessões recentes de aeroportos internacionais pelo governo federal, alcançando pouco mais de R\$ 3 bilhões de investimentos. Em suma, como apontam os autores, os fundos públicos – na forma de financiamentos diversos, principalmente, através de bancos públicos, como BNDES e CEF – foram a principal fonte de recursos para a realização da Copa do Mundo no Brasil.

Quanto aos impactos diretos sobre a economia brasileira, provavelmente, pelos limites do trabalho, os autores se restringem a analisar os impactos previstos nos relatórios oficiais, fazendo a crítica a partir de estudos de casos do que ocorreu nas copas da África do Sul, em 2010, e Alemanha, em 2006 – o que serve para evidenciar a fragilidade dos discursos oficiais. Em ambos os casos citados verificou-se que as previsões apontadas nos estudos preliminares não se confirmaram ou, então, se confirmaram a um nível bem aquém do previsto. No caso da Alemanha, por exemplo, as projeções tratavam de um impulso sobre o PIB da ordem de 0,5%, quando, na verdade, os investimentos relacionados ao megaevento representaram apenas 0,4% do total de investimentos realizados no país no período. O total de empregos gerados também foi de pouca relevância em comparação com o porte da economia alemã, algo em torno de 50.000 vagas temporárias, criadas durante a Copa, num universo de quase 40 milhões de trabalhadores.

No caso da África do Sul, em 2010, as diferenças entre as previsões e a realidade após o megaevento são ainda mais discrepantes. O efeito sobre o PIB, previsto para algo em torno de 0,54%, não passou de 0,3%, embora os investimentos em infraestrutura tivessem permitido proteger a economia do país dos efeitos da crise de 2008. No que tange aos empregos, os resultados foram ainda mais decepcionantes, com a criação de empregos temporários, sobretudo, na construção civil, mas bem abaixo das estimativas.

Na segunda parte do livro os autores analisam os impactos econômicos dos Jogos Olímpicos. Acentuam a dificuldade de prever, com algum nível de confiança, os impactos sobre a economia das cidades-sede após o término do megaevento. Contudo, em contraste com sua análise sobre a copa do mundo, destacam

aspectos mais diretamente relacionados à cidade-sede como, por exemplo, os interesses de coalizões locais para alçar a cidade a patamares mais elevados na hierarquia de cidades globais via intensificação de fluxos de capital e pessoas. Essa teria sido a estratégia por trás da candidatura de Seoul, capital da Coreia do Sul e sede da Olimpíada de 1988, que ainda seguiria em voga na maior parte das cidades-sede desde então.

Os possíveis legados positivos em infraestrutura urbana e o fluxo de turistas são os elementos que, normalmente, legitimam a candidatura da cidade-sede aos Jogos Olímpicos. Nesse sentido, os autores chamam atenção para o uso que se faz do caso de Barcelona, ainda hoje a principal vitrine de divulgação de legados positivos dos Jogos Olímpicos. Entretanto, o mesmo caso também informa pesados legados negativos para parte de sua população, como a sistemática elevação no custo de vida urbano após o término dos jogos. Essa impossibilidade de gerar somente impactos positivos se coloca como uma questão central para a avaliação econômica de um megaevento. E isto reforça a tese dos autores quanto à complexidade existente na mensuração de seus efeitos econômicos e quanto ao condicionamento de suas previsões a interesses políticos e econômicos de uma minoria.

Ao discutirem os Jogos Olímpicos de 2016, os autores compilam, com um elevado grau de detalhamento, diversas informações a respeito da proposta original do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos. Destacam-se os gastos iniciais previstos com os Jogos – algo em torno de US\$ 16 bilhões. Aproximadamente 80% desses recursos deverão ser aplicados em obras de infraestrutura urbana, sob a inteira responsabilidade do poder público. O valor inicial previsto para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro é superior ao que foi gasto nos Jogos de Atenas, em 2004, mas é inferior aos gastos finais de Londres, em 2012 (US\$ 18 bilhões) e bem inferior aos gastos finais de Pequim, em 2008 (US\$ 40 bilhões). Os autores chamam atenção para a ocorrência de um provável “estouro” nesse orçamento inicial, tendo em vista novas necessidades que, normalmente, surgem durante a etapa preparatória para garantir um elevado padrão de qualidade na realização do megaevento – isso sem contar possíveis atrasos nas obras.

Quanto aos impactos econômicos previstos, os autores apresentam as previsões oficiais, segundo as quais, a cada US\$ 1,00 investido no evento seriam movimentados outros US\$ 3,26 em cadeias produtivas relacionadas. Isso permitiria que os Jogos movimentassem mais de US\$ 51 bilhões ao longo do período de preparação e nos anos posteriores. Todavia, eles alertam para o fato de que os parâmetros da análise se modificam com o passar do tempo. É que, em geral, não se consegue prever a continuidade de determinados arranjos institucionais e de certas condições estruturais.

Nas considerações finais os autores reforçam a necessidade de sempre se confrontar as previsões contidas em relatórios oficiais (que legitimam o discurso

de legados positivos associados a megaeventos esportivos) com algumas estimativas mais realistas dos resultados efetivos. Os exemplos apresentados ao longo do livro apontam para um claro exagero, muitas vezes intencional, nas projeções apresentadas no período da candidatura, mostrando-se os impactos reais bem mais modestos. É curioso notar ainda, como destacam os autores, que a propaganda dos impactos econômicos positivos tem se enfraquecido com o passar do tempo, associando-se as estratégias de legitimação cada vez mais com possíveis legados não econômicos, como o fortalecimento do orgulho cívico ou da identidade nacional – legados estes quase impossíveis de mensurar.

Por fim, fica evidente o esforço dos autores em trazer à tona uma questão recente e ainda pouco estudada, num momento em que o Brasil se coloca como palco dos principais megaeventos esportivos existentes: é a preocupação em se entender como se pode utilizar a estratégia de atração de megaeventos enquanto um projeto de desenvolvimento para o país – se é que é possível associar os dois. Na visão dos autores, houve certa articulação na atração dos megaeventos com a necessidade de se criar uma atmosfera otimista na economia brasileira em função da crise de 2008. Ademais, os gastos programados pelo governo federal com os megaeventos – que, a rigor, correspondem a uma parcela pequena dos investimentos previstos no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) – tenderiam a contribuir para recuperar a confiança dos investidores e retomar a trajetória de desenvolvimento do país.

Sem dúvida, trata-se de um trabalho de grande relevância para o momento atual da economia brasileira. Contudo, pode-se dizer que o grau de importância dessa temática contribui para que a discussão apresentada no livro encontre limites e, assim, frustrar algumas expectativas de leitores interessados em debates mais aprofundados. Digamos que um leitor qualquer queira uma resposta para uma questão aparentemente simples: há ou não impactos econômicos positivos com a realização de um megaevento esportivo? Pelos óbvios limites do trabalho, pode-se dizer que a resposta dos autores, apesar de bastante referenciada em evidências empíricas, mostre apenas um descompasso entre o discurso oficial apresentado na candidatura e o que, de fato, se torna realidade. Assim, o aparentemente simples questionamento passa a exigir níveis mais aprofundados de pesquisas empíricas – confirmando a temática como um novo e complexo campo para ancorar pesquisas futuras na área do desenvolvimento econômico.

Endereço para correspondência:

Raul da Silva Ventura Neto – raulvneto@hotmail.com
Rua Nair Pimenta da Silva, 915
13082-690 Campinas/SP, Brasil